

NARRAR ALÉM DO CORPO: IDENTIDADE DE GÊNERO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE PESSOAS TRANS E TRAVESTIS

NARRATING BEYOND THE BODY: GENDER IDENTITY AND KNOWLEDGE PRODUCTION ON TRANS AND TRAVESTI PEOPLE

Vitor Fernando Pereira Martins¹

Emerson Vicente-Cruz²

Fêibriss Ametista Henrique Meneghelli Cassilhas³

Resumo: Este estudo analisa a produção científica relacionada às identidades de gênero trans e travestis publicada na revista *Gênero* entre os anos de 2000 e 2025, buscando compreender os principais discursos, práticas, temas e disputas que atravessam esse campo de produção acadêmica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, documental e interpretativa, fundamentada em perspectivas transfeministas, decoloniais e nas chamadas travecametodologias. O corpus foi composto por 86 artigos localizados a partir de palavras-chave relacionadas às experiências trans e travestis. O processo metodológico envolveu levantamento bibliográfico, leitura integral dos artigos e análise temática reflexiva. Os estudos foram organizados em três categorias analíticas: artigos primários, secundários e terciários, conforme a centralidade da temática da identidade de gênero em cada produção. Os resultados indicam um crescimento progressivo das publicações sobre pessoas trans e travestis, especialmente a partir de 2013, com maior concentração entre 2019 e 2023. Identificaram-se temas relacionados ao transfeminismo, violência e transfobia, saúde, escolarização, performatividade de gênero e acesso a direitos. Observou-se, ainda, a persistência de barreiras institucionais, epistemológicas e sociais, bem como a ampliação da presença de autoras e autores trans na produção acadêmica. Conclui-se que a revista *Gênero* constitui um espaço relevante para a circulação de saberes sobre identidades trans e travestis, ao mesmo tempo em que evidencia disputas políticas e epistemológicas em torno da legitimidade dessas existências e produções científicas. O estudo reforça a importância do protagonismo trans e travesti na produção do conhecimento e na articulação entre pesquisa, militância e transformação social.

Palavras-chave: Identidade de Gênero; Pessoas Trans; Travestilidades; Transfeminismo; Produção Científica.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Mestra no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: souvimartins.edu@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4853-2340>.

2 Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Doutorado em Psicologia Social e das Organizações pela Universitat de Barcelona. E-mail: Emerson.v.cruz@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5906-7400>.

3 Doutora pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2019). Vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura (PPGLitCult) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: feibriss@ufba.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3332-4808>.

Abstract: This study analyzes the scientific production related to trans and travesti gender identities published in the journal *Gênero* between 2000 and 2025, seeking to understand the main discourses, practices, themes, and disputes that permeate this field of academic production. This is a qualitative, documentary, and interpretative study grounded in transfeminist, decolonial, and so-called *travemethodological* perspectives. The corpus consisted of 86 articles identified through keywords related to trans and travesti experiences. The methodological process involved bibliographic review, full-text reading of the articles, and reflexive thematic analysis. The studies were organized into three analytical categories—primary, secondary, and tertiary articles—according to the centrality of gender identity themes in each publication. The results indicate a progressive increase in publications on trans and travesti people, especially from 2013 onward, with a higher concentration between 2019 and 2023. Themes related to transfeminism, violence and transphobia, health, schooling, gender performativity, and access to rights were identified. The study also revealed the persistence of institutional, epistemological, and social barriers, as well as the growing presence of trans authors in academic production. It is concluded that the journal *Gênero* constitutes a relevant space for the circulation of knowledge on trans and travesti identities, while also evidencing political and epistemological disputes surrounding the legitimacy of these existences and scientific productions. The study reinforces the importance of trans and travesti protagonism in knowledge production and in the articulation between research, activism, and social transformation.

Keywords: Gender Identity; Trans People; Travestilities; Transfeminism; Scientific Production.

Introdução

Qual é a chuva que faz brotar uma travesti?, Quais são os nutrientes essenciais a vida de uma travesti?, se as plantas, elas brotam melhor, por exemplo, porque tem mais cálcio na terra, Qual é o cálcio que faria uma travesti viver mais? (Sy Gomes, p.77, 2021).

A realidade de pessoas trans e travestis ao redor do mundo continua atravessada por violências institucionais e estruturais que se manifestam em desigualdades enraizadas, preconceito, exclusão e discriminação. Embora parte da população LGBTQIAPN+ (ou seja, lésbicas, gays, bissexuais, trans, travestis, *queer*, intersexo, assexuais, pansexuais, não binários, e outras identidades sexuais e de gênero diversas) venha conquistando alguns avanços nas últimas duas décadas, tanto materiais quanto simbólicos – ainda que marcados por contradições e descontinuidade, principalmente entre 2016 e 2022, momento de ascensão da extrema direita –, estes avanços, muitas vezes, não alcançam de forma equitativa todas as orientações, expressões e identidades da comunidade LGBTQIAPN+.

Esta revisão dos 25 anos da revista *Gênero* e a proposta deste capítulo – ao problematizarmos o debate sobre identidade de gênero sob a perspectiva da agenda trans e travesti – constituem uma forma de contribuir com o debate público e, ao mesmo tempo, inspirar a escrita e o movimento de tantas outras delas. Trata-se de oferecer a possibilidade de inserir mais uma contribuição valiosa com e sobre elas, transitando por suas vivências, que também constituem modos legítimos de pensar, escrever e publicar suas próprias perspectivas teórico-científicas.

Especificamente no caso de pessoas trans e travestis, mesmo com o aumento da visibilidade e da presença no debate público das suas necessidades específicas, isso não significa, necessariamente, que os seus direitos estejam assegurados. Ao longo dos séculos, pessoas trans e travestis foram e continuam sendo patologizadas, subalternizadas, eliminadas e construídas socialmente como seres abjetos, nos termos de Butler (2018), ou seja, como vidas consideradas indesejáveis e empurradas para fora do que a sociedade reconhece como merecedor de existir. As identidades trans e travestis seguem sendo marcadas por aquilo que lhes é negado todos os dias: o direito à educação, à saúde, à moradia, ao trabalho digno, ao afeto e, sobretudo, ao direito de permanecerem vivas.

Ao observarmos esta situação com mais rigor, o que encontramos em diferentes países são avanços pontuais e retrocessos estruturais. Entre os

exemplos mais recentes, destaca-se o pacote “anti-LGBTQIAPN+” do governo Trump de 2025, que inclui medidas como a proibição da participação de mulheres trans no esporte feminino e a imposição de uma definição oficial de gênero, restrita a concepções biológicas limitantes associadas ao masculino e ao feminino. No Reino Unido, a Suprema Corte britânica decidiu, em abril de 2025, que ser mulher também se limita ao marcador biológico – em sintonia com medidas adotadas anteriormente na Hungria, onde o parlamento determinou que só existem dois sexos, apagando juridicamente a existência de pessoas intersexo e qualquer diversidade de gênero. Em países como Alemanha e Itália, foram dados passos importantes para trás no que diz respeito aos direitos humanos associados à diversidade afetiva, sexual e de gênero, especialmente com o avanço dos movimentos neoconservadores. Na Espanha, mais especificamente na Catalunha, o ano de 2024 registrou um número recorde de incidências de transfobia, conforme dados do *Observatori contra l’LGTBIfòbia* (2025).

Essas ofensivas legislativas e discursivas têm, como pano de fundo, um cenário mais amplo de retrocessos em nível global, no qual os efeitos de tais ofensivas são intensificados em contextos historicamente marcados por desigualdades estruturais. Estas ofensivas não se limitam ao Sul Global, pois também se manifestam de forma concreta em regiões do Norte Global, como demonstra o caso da Catalunha acima aludido. Na cerimônia inaugural do VI Congresso Internacional sobre “Diversidad Sexual en Iberoamérica: deseos, espacios e identidades”, realizado em julho de 2024 em Girona (Catalunha, Espanha), a pesquisadora transfeminista mexicana especialista em direitos humanos de crianças trans, Dra. Siobhan Guerrero⁴, abordou temas sobre equidade e diversidade. Ela destacou que dispositivos de controle e tecnologias de opressão desenhadas no Norte Global, como o racismo, a LGBTQIAPNfobia, o sexismo e a islamofobia, são expressas de maneira mais cruel nos países do Sul Global (cuja manifestação tem se intensificado no contexto contemporâneo). No caso da transfobia, os índices de assassinatos e homicídios contra as pessoas trans e travestis são enormes nos países da América Latina.

4 Do total de artigos lidos e analisados, realizamos um trabalho cuidadoso de identificação da identidade de gênero das(os) autoras(es). Em alguns casos, não foi possível confirmar essa informação devido à ausência de dados públicos disponíveis. Optamos, portanto, por uma distinção editorial:

1. **Nomes escritos por extenso** referem-se a autoras e autores trans e travestis, cuja identidade de gênero foi possível confirmar;
2. **Nomes abreviados** pessoas cuja identidade de gênero é cisgênera ou não pôde ser determinada com grau suficiente de confiabilidade, seja pela ausência de informações autodeclaradas ou por limitações na verificação dos dados.

O Brasil, por exemplo, lidera pelo 16º ano consecutivo o *ranking* mundial de homicídios e assassinatos contra pessoas trans e travestis (Bruna Benevides, 2025). Esse projeto genocida afeta, majoritariamente, pessoas trans e travestis negras e oriundas das classes populares, evidenciando a articulação entre transfobia, racismo e classismo, ou seja, a intersecção dos eixos de opressão e discriminação gênero, raça e classe (Davis, 2005). Trata-se, portanto, de uma dinâmica sociocultural, ética, estética e política marcada pela violência e pela marginalização sistemática, sustentada por um desequilíbrio histórico de poder que favorece um pensamento branco, colonial e homicida, profundamente enraizado em todas as esferas sociopolíticas do país, denominado “necropolítica”, entendida como o poder de ditar quem deve viver e quem deve morrer (Mbembe, 2006).

Dando continuidade à análise do contexto brasileiro, os dados sobre essas mortes são imprecisos, considerando que as informações produzidas por ONGs, associações, delegacias de polícia e outras instituições não conseguem refletir a complexidade da realidade social. A subnotificação é elevada e muitos casos são invisibilizados ou registrados sob outras categorias de crimes de ódio ou, simplesmente, negam o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas trans e travestis (Bruna Benevides, 2025). Soma-se a isso, a adoção e manutenção de políticas de exclusão por parte de diferentes governos ao longo do tempo sob formas variadas, sendo os projetos políticos fundamentalistas de extrema direita, os que mais acentuam, autorizam, legitimam e incitam as diferentes formas de violência em múltiplos âmbitos da vida social, o que tende a agravar, ainda mais, os índices de homicídios e assassinatos contra pessoas trans e travestis (Vicente da Cruz, 2020).

Em contrapartida, alguns avanços ao redor do mundo mantêm viva a importância da luta e articulação política. A Espanha, por exemplo, aprovou, em 2023, a chamada “Ley Trans”, que permite que pessoas nascidas no país possam autodeterminar legalmente seu gênero a partir dos 14 anos. Medida semelhante foi adotada pela Alemanha em 2024. No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) garante, desde 2008, para pessoas trans, o acesso a cirurgias de redesignação. Em 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) assegurou o direito de alteração de nome e gênero no registro civil de pessoas trans e travestis, sem a exigência de laudos médicos ou psicológicos. Desde 2019, também por decisão do STF, a transfobia – e a LGBTQIAPNfobia em geral –, diante da omissão do parlamento brasileiro em criminalizar tal comportamento, foi equiparada ao crime de racismo. Além disso, a partir de 2018, especialmente devido ao protagonismo estudantil, observa-se um crescimento no número de universidades públicas brasileiras que, passaram a adotar vagas destinadas para pessoas trans e travestis. Merecem destaque

a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), a Universidade Federal do ABC (UFABC) e a Universidade Federal Fluminense (UFF) que realizaram tal adoção em 2018, em 2019 e em 2024, respectivamente.

Esses fatos demonstram que o debate sobre a inclusão de pessoas trans e travestis segue vivo, mas ao mesmo tempo desafiador, especialmente quando confrontado com as reais necessidades desse grupo social no Brasil e no mundo. Demonstram, ainda, que nenhum direito ou acesso conquistado por grupos socialmente minorizados é permanente por si só. Por exemplo, no Brasil, retrocessos ocorreram em 2025, **com a publicação da Resolução CFM nº 2.427/2025 (BRASIL, 2025)**, que modificou as regras para acesso ao tratamento hormonal e à cirurgia de redesignação, apesar dos avanços iniciados em 2008. **A nova norma, entre outras restrições, vedou a terapia hormonal cruzada antes dos 18 anos e estabeleceu a idade mínima de 21 anos para procedimentos cirúrgicos com potencial efeito esterilizador**, criando ainda mais barreiras ao usufruto a direitos básicos para pessoas trans e travestis, sobretudo para menores de 18 anos. Diante desse cenário, a articulação e a luta coletiva precisam ser constantes enquanto as instituições e estruturas que sustentam as desigualdades seguem operando.

Em muitos espaços, a discussão acerca das pessoas trans e travestis ainda é conduzida por pessoas que, em geral, são cisgêneras, mesmo quando o tema se refere diretamente a elas ou aborda questões transversais (Shon Faye, 2021). As(os) próprias(os) teóricas(os) pós-estruturalistas que escrevem sobre gênero, muitas vezes, não incluem as contribuições de pessoas trans e travestis, deixando de formular um pensamento que realmente se implique com as suas existências. No livro “Transfeminismo”, Leticia Carolina Pereira do Nascimento (2021) mostra a urgência para que as experiências de pessoas trans e travestis sejam consideradas nas proposições teóricas e articulações dos feminismos, como forma de garantir a diversidade das suas existências – uma diversidade que é essencial para a construção de uma agenda política realmente inclusiva. A busca por esta garantia é um exemplo que evidencia a insistência de travestis e transexuais em permanecerem vivas – acadêmica, social, ética e politicamente – nos mais diversos espaços, inclusive naqueles que se anunciam como reparadores das desigualdades.

Existe, assim, uma espécie de apagamento das epistemologias e saberes das pessoas trans e travesti, pois, costumeiramente elas não são tomadas como referências, mas frequentemente, apenas citadas como aquelas que sofrem os efeitos das opressões relacionadas às instituições e estruturas sociais de gênero. Por isso, a escrita deste capítulo, com e sobre pessoas trans e travestis, é uma maneira de visibilizar o conhecimento delas, incluindo o conhecimento científico.

Sara Wagner York, Megg Rayara Gomes Oliveira e Bruna Benevides (2020) apontam para os lugares onde pessoas trans e travestis raramente aparecem como atrizes legítimas no campo do conhecimento, especialmente no campo acadêmico. Trata-se de uma espécie de muro simbólico que impede que a “voz” travesti se propague; uma lógica de funcionamento transfóbica que as silenciam. Sabemos do risco que pessoas trans e travestis correm ao escreverem na primeira pessoa na produção de um trabalho como este, como se isso, por si só, enfraquecesse a qualidade do que foi produzido. Em uma cultura em que o saber científico está atrelado à ideia de neutralidade, impessoalidade e imparcialidade – como se o que escrevemos aqui não atravessasse inúmeras existências –, o uso da primeira pessoa (mesmo que do plural) ainda é tratado como algo capaz de anular ou deslegitimar a seriedade e o rigor da escrita acadêmica. No entanto, acreditamos que tensionar um modelo rígido que insiste em se apresentar como o único legítimo, é necessário em um cenário no qual elas e eles são numericamente poucas, mas, ao mesmo tempo, detêm vozes e escritos que conseguem se difundir.

1 QUANDO O “NÓS” ESCREVE

Diante das histórias que incomodam, a escrevivência quer justamente provocar essa fala, provocar essa escrita e provocar essa denúncia (Evaristo, 2020, n.p.).

Ainda são poucas as publicações acadêmicas em que mulheres trans e travestis, como duas das autoras deste texto, sobretudo negras, são protagonistas das escritas. Só por esse motivo, este capítulo já cumpre um papel fundamental ao nos reunir para escrever sobre elas, em celebração aos 25 anos da revista *Gênero*. Se, como afirma Maria Clara Araújo (2023), os corpos delas são pedagógicos, é possível dizer, em paralelo, que as suas escritas também o são. Nesse sentido, destacar que duas das autoras deste capítulo são pessoas trans, contribui justamente para demarcar a relevância desse segmento na construção dos saberes que atravessam a academia, inclusive a partir das travecametodologias, como propõe Isadora Ravena (2022).

A partir desse contexto, realizamos uma análise qualitativa da produção científica sobre os discursos, saberes e práticas relacionados à identidade de gênero de pessoas trans e travestis, publicada na revista *Gênero* ao longo dos últimos 25 anos, ou seja, entre 2000 e 2025. A escolha por uma abordagem qualitativa, de caráter documental e interpretativo, foi definida com o intuito de mapear e compreender a produção acadêmica sobre identidade de gênero neste período. O processo, ou caminho metodológico, envolveu três etapas

principais: 1) levantamento dos artigos por meio de busca por palavras-chave; 2) leitura integral dos textos primários; e 3) análise temática com base na centralidade do tema da identidade de gênero em cada produção. Consideramos, ainda, como ponto de potência e oportunidade, a busca por fazeres metodológicos construídos por pessoas trans e travestis, capazes de ampliar e fortalecer esta produção. É nesse sentido que incorporamos a perspectiva das *travecametodologias*.

Embora as *travecametodologias* tenham sido apresentadas inicialmente por Isadora Ravena (2022) como uma elaboração voltada à criação em arte contemporânea, encontramos, em sua pesquisa, diversos pontos de convergência com a escrita deste capítulo, inclusive no compromisso de contribuir para a ampliação de suas formulações. Talvez o elemento central esteja justamente na proposta de que toda *travecametodologia* é uma tomada de fôlego ancorada nos saberes trans, pretos e indígenas, que é o que fazemos aqui uma vez que formulamos novas receitas, criando possibilidades de outros mundos, inscrevendo outras realidades, como propõe Sy Gomes (2021).

Alguém ainda apegado ao saber tradicional e erudito de conceber ciência, talvez esteja se perguntando: “Mas, afinal, qual é exatamente a proposição metodológica apresentada aqui como *travecametodologia*?” Ora, se metodologia, segundo a tradição, diz respeito aos caminhos e processos construídos para se chegar a algum lugar, então, ao construirmos este trabalho em que pessoas trans e travestis estão envolvidas na gramática deste texto, estamos estabelecendo um dos procedimentos metodológicos que sustentam este estudo. Porque, segundo Haraway (2013), não há neutralidade sobre aquilo que se escreve sem passar por quem escreve. Outro ponto importante dessa metodologia é que escolhemos, intencionalmente, trabalhar com uma maioria de referências de pessoas trans, travestis e negras, fortalecendo a nossa premissa de que são legítimas produtoras de conhecimento, intelectualmente autônomas, autoras das suas narrativas, com autoridade para pensar e escrever sobre elas, sujeitas epistêmicas de suas próprias histórias.

Assim, a defesa de que os saberes das pessoas trans e travestis são capazes de produzir metodologias, nasce do fato de que, na maioria das vezes, estas pessoas não são reconhecidas nesse lugar: o de quem formula; o de quem propõe algo que pode ser legitimado como conhecimento acadêmico. Historicamente, foi negado a elas o direito de ocupar o centro e de serem reconhecidas como acadêmicas e como produtoras de teoria e método. A produção que elas geram, quase sempre, nos é oferecida por aqueles que já ocupam esse centro – alinhados à cisheteronormatividade. Por isso,

afirmamos que a escrita, por si só, é também uma forma de metodologia possível, porque, quando escrevem, fazem isso a partir das suas próprias referências, experiências e existências.

Durante muitos anos, travestis, transexuais e demais pessoas trans brasileiras foram objeto de estudo para a academia e, muito raramente, puderam falar sobre seus próprios saberes. Talvez, devido aos processos de exclusão, não tenhamos conseguido chegar à academia ou sequer concluir os estudos fundamental e médio. O que sempre nos colocou em lugar de subalternidade e não reconhecimento de nossas narrativas como sendo legítimas (Bruna Benevides; Débora Lee, 2018, p. 253).

Ainda no tracejar dos caminhos metodológicos, realizamos uma busca na base de dados da revista *Gênero*, utilizando um conjunto de palavras-chave associados à identidade de gênero de pessoas trans e travestis, tais como: direitos das pessoas trans, corpos trans, discriminação, disforia de gênero, expressão de gênero, feminismo, homens trans, identidade de gênero, infâncias trans, juventudes trans, mulheres trans, preconceito, transfeminismo, não conformidade de gênero, não-binário, saúde trans, subjetividades trans, pessoas trans, trans, transfobia, transexualidade, travesti e transgênero. Foram localizados e analisados 86 artigos⁵, organizados em três temas principais: artigos primários (n = 28), que são estudos, cujo objeto de pesquisa se centra diretamente em sujeitos, experiências, políticas e práticas relacionadas às identidades trans, travestis e dissidentes de gênero; artigos secundários (n = 23), que são trabalhos que abordam a temática de identidade de gênero de forma articulada a outros campos, como educação, feminismo, saúde, trabalho e teoria política; e artigos terciários (n = 30), que são produções nas quais a identidade de gênero aparece de modo tangencial, como exemplo, referência ou contexto, mas sem ser o foco central ou um eixo de problematização do estudo.

A organização dos temas e subtemas foi orientada não apenas pela recorrência dos termos-chave, mas principalmente pela centralidade analítica da temática no corpo dos textos. Os artigos primários foram lidos integralmente e descritos com base em seus objetivos, abordagens teórico-metodológicas e principais achados. A análise seguiu uma triagem sistemática, buscando evidenciar tendências temáticas e subtemáticas, contribuições críticas e lacunas no campo de estudos, em especial, considerando o papel das pesquisadoras sobre aquilo que é pesquisado, analisado e investigado,

⁵ Para acessar a base de dados dos artigos selecionados, consulte o seguinte link: https://osf.io/cmgtk/overview?view_only=d38c40d8573a4de3b8aceccea4d9385

dado que não existe neutralidade e os dados nunca são analisados em um vácuo epistemológico (Braun; Clarke, 2003).

Nesse cenário, a organização temática foi fundamental para que pudéssemos estabelecer, da melhor forma, a estrutura de discussão deste capítulo. Com isso, foi possível compreender, a partir das leituras e análises realizadas, o que tem sido dito e estudado ao longo desses anos sobre pessoas trans e travestis, e como esses debates se manifestaram nas edições da presente revista. Além disso, realizamos intencionalmente um movimento para que este capítulo também funcionasse, em certa medida, como uma coletânea de algumas referências de pesquisadoras(es) trans e travestis, que historicamente têm contribuído para a construção de saberes sobre esta comunidade.

2 REGISTROS E ACHADOS: NARRANDO FATOS DA REVISTA GÊNERO

Quando digo trans, também quero dizer fuga. Quero dizer escolha. Quero dizer autonomia. Quero dizer querer mais do que você me disse. Querer mais possibilidades do que aquelas que você me impôs (Shon Faye, 2021, p. 10, tradução nossa).

Embora a análise temática mencione o termo “dados” em sua descrição metodológica, acreditamos que, neste trabalho, lidamos com informações – e não simplesmente com dados. Isso porque a informação é dotada de sentido e contexto, especialmente quando consideramos que os textos analisados trazem interpretações das próprias autoras. Assim, nosso recorte considerou a produção científica publicada na revista *Gênero*, entre 2000 e 2025, que se relaciona com os estudos sobre identidade de gênero trans e travestis. A proposta parte do interesse em compreender como esse tema tem sido abordado, tensionado e elaborado no campo acadêmico, levando em conta os contextos históricos, políticos e sociais, nos quais essas produções estão inseridas dentro da temporalidade proposta.

Historicamente, enquanto grupo socialmente minorizado, as pessoas trans e travestis frequentemente se articulam com outros grupos também oprimidos por essa e por outras estruturas. Uma das coalizões mais recorrentes ocorre com outros grupos identitários pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+, bem como a grupos vinculados aos diferentes feminismos. Esses acordos e entrelaçamentos têm possibilitado, ao longo dos últimos anos, uma maior compreensão sobre a diversidade de gênero e sexualidade, ao mesmo tempo em que também geram tensões, em parte,

provocadas pelos próprios grupos dominantes que buscam fragilizar tais coalizões (Shon Faye, 2021). Essa discussão também emergiu na análise dos artigos que foram mapeados que, inclusive, deram origem a alguns temas que discutiremos, tais como: transfeminismo e resistência política e feminismo, teoria e epistemologia de gênero.

Nas edições da revista Gênero entre 2000 e 2012, as discussões sobre a temática trans e travesti ainda apareciam de forma pulverizada. Nesse período, os textos que mencionam o tema aparecem pontualmente no início dos anos 2000, sobretudo na categoria “Terciário”, indicando que a temática circulava de forma periférica, não sendo ainda mobilizada como eixo central de discussão. Os artigos classificados como “Primário” e “Secundário” aparecem apenas a partir de 2003, ainda em números bastante reduzidos até 2006, o que pode ser interpretado como uma entrada tímida da temática nos debates da revista.

Tabela 1 – Produção acadêmica entre 2000 e 2012 sobre identidade de gênero na Revista Gênero

ARTIGOS	ANO													TOTAL
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
PRIMÁRIO	-	-	-	1	-	-	-	2	1	-	-	-	1	5
SECUNDÁRIO	-	-	2	2	2	-	-	-	1	-	-	-	-	7
TERCIÁRIO	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	5

Fonte: Elaboração Própria (2025).

A partir de 2013, esses debates tornaram-se mais frequentes, com exceção de 2015, ano em que não foram encontrados artigos classificados como primários ou secundários. Em um estudo de revisão crítica da literatura realizado por Amaral, Silva, Cruz e Toneli (2014), sobre as publicações científicas brasileiras a respeito de travestis entre os anos de 2001 e 2010, dos 92 estudos identificados, os principais temas encontrados estavam relacionados aos eixos “saúde-doença” e “corpo” – fato que também foi observado em nossas análises, estabelecendo outras categorias temáticas, como: travestilidades, transgeneridades, performance e representações; saúde, cidadania e acesso a direitos; e saúde e cuidado.

Esse movimento se evidencia pelo aumento da presença da temática nas produções classificadas como primárias, o que sugere que, a partir desse momento, o tema passa a ser mobilizado de forma mais direta e propositiva. Também foi possível identificar uma oscilação na presença da pauta ao longo dos anos, com um adensamento mais significativo entre 2019 e 2023, que é o período posterior a retirada da transexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID) como transtorno mental pela Organização Mundial da

Saúde (OMS) em junho de 2018. Ainda que esse marco institucional não deva ser entendido como causa direta do aumento na produção, ele compõe o contexto ampliado em que as discussões ganham força e visibilidade social. Nesse intervalo, há uma expansão tanto das produções centradas na temática – classificadas como “Primárias” –, quanto daquelas que a articulam de forma transversal, nas categorias “Secundária” e “Terciária”.

No período de 2022 a 2024, a presença da temática manteve-se constante, atravessando diferentes temas. Observamos, nesse recorte, uma maior dispersão do tema, que aparece em textos dedicados à discussão sobre identidade de gênero e em produções nas quais o assunto é tangenciado como parte de debates mais amplos. Essa distribuição pode ser compreendida como um efeito dos deslocamentos produzidos pelos movimentos sociais de pessoas trans e travestis, que historicamente tensionam os mais diferentes eixos da sociedade, incluído o campo da produção acadêmica, e ampliam as possibilidades de enunciação das experiências trans e travestis em diferentes campos discursivos, inclusive nas universidades públicas, seja como estudante ou no exercício do ensino enquanto docente, ao passo que “por teimosia e insurgência, algumas de nós têm conseguido chegar às universidades e aos cursos de pós-graduação deste país” (Bruna Benevides; Débora Lee, 2018, p. 253).

Tabela 2 – Produção acadêmica entre 2013 e 2024 sobre identidade de gênero na Revista Gênero

ARTIGOS	ANO													TOTAL
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
PRIMÁRIO	4	1	-	-	1	0	4	4	5	-	4	-	0	23
SECUNDÁRIO	1	-	-	1	1	0	1	-	4	2	3	3	0	16
TERCIÁRIO	1	-	-	3	4	2	1	2	3	3	2	4	0	25

Fonte: Elaboração Própria (2025).

Ao longo dos 25 anos analisados, a presença das identidades de gênero na revista Gênero revela não apenas um deslocamento temático, mas a complexificação dos modos como essa pauta é incorporada nas discussões acadêmicas. A produção não responde apenas a marcos normativos ou institucionais, mas sobretudo a dinâmicas políticas e sociais que pressionam a academia a rever suas formas de produção do saber e os sujeitos que são reconhecidos como legítimos na construção desse saber. Dizemos isto porque, ao longo dos anos, as pessoas trans e travestis têm sido invisibilizadas enquanto corpos capazes de produzir saberes, como muito bem pontuado nas falas de Bruna Benevides e Débora Lee (2018, p. 253):

[...] Queremos e lutaremos por parcerias com as instituições de pesquisa e ensino superiores, porque o afastamento político não é uma boa estratégia para um grupo que já sofre várias formas de isolamento social. [...] Contudo, as parcerias devem ser negociadas para que nossas vidas não sejam extraídas de nossos relatos de experiências e se tornem mercadoria valiosa nas mãos de outros. Que as pessoas não mais se sintam confortáveis em falar por nós, enchendo lattes de textos – alguns totalmente vazios da humanidade pulsante da nossa população. Falem conosco. Ouçam nossas vozes e as contribuições que temos para apresentar.

Ainda sobre a descrição dos artigos, identificamos que a maior parte das produções classificadas como primárias se concentra em dois períodos: entre 2007 e 2009, e entre 2013 e 2023. Esse segundo intervalo, mais intenso em termos de produção, coincide com a ampliação dos debates públicos sobre a despatologização das identidades trans, o aumento da visibilidade do transfeminismo e o avanço (e posterior reação negativa) de políticas públicas voltadas a essa população. Nesse contexto, destacam-se, o livro *Transfeminismo: Teorias e Práticas* (2014) de autoria da Profa. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus; a publicação do livro *Transfeminismo* (2021), de autoria da Profa. Dra. Letícia Nascimento lançado na coleção *Feminismos Plurais*, organizada por Djamila Ribeiro; a coletânea *Vidas Trans* (2017) com textos de pessoas trans brancas, e as coletâneas de autorias e organização de pessoas trans negras *Transvivências Negras entre afetos e aquilombamentos* (Apolo Vincent Silva de Oliveira, Izzie Madalena Santos Amancio, Rafael Luiz de Oliveira, Feibriss Henrique Meneghelli Cassilhas, Kyem Araujo, Luck Yemonja Banke Palhano, Theo Brandon Pitanga Gonçalves, 2021), contando histórias afro diaspóricas (2021), *Transmasculinidades Negras: Narrativas em primeira pessoa* (Bruno Santana, Leonardo Peçanha e Vércio Conceição, 2021) e *Gritarias Epistêmicas: (r)existências de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil* (Megg Rayara Gomes de Oliveira; Letícia Carolina Nascimento; Jaqueline Gomes de Jesus, 2022).

Os seis eixos temáticos primários são:

- **travestilidades, transgeneridades, performance e representações** – pessoas trans e travestis aparecem em diversas pesquisas como pessoas que encarnam, politizam e subvertem as normas de gênero, sendo compreendidas como figuras liminares e paradigmáticas. Esses estudos abordam a performatividade de pessoas trans e travestis como crítica encarnada à cisnormatividade, articulando perspectivas das teorias pós-estruturalistas de gênero;

- **transfeminismo e resistência política** – estudos revelam uma produção comprometida com a insurgência de epistemologias e práticas políticas forjadas nos corpos e experiências trans. A escrita, a arte, a *performance* e a militância aparecem como formas de resistência frente à marginalização histórica;
- **educação, docência e escolarização** – observa-se a emergência de reflexões sobre a presença de professoras e professores trans e não binárias no âmbito escolar. As experiências docentes dissidentes aparecem como tensionadoras do currículo, das práticas pedagógicas e das normas institucionais da escola;
- **saúde, cidadania e acesso a direitos** – relação da população trans com o sistema de saúde, evidenciando barreiras estruturais e simbólicas no SUS. Ao lado disso, surgem reflexões jurídicas sobre reconhecimento e cidadania; e
- **violência e transfobia** – evidenciam como a violência é parte estrutural da existência de pessoas trans e travestis, funcionando como um dispositivo sistemático de controle social. Os textos analisados indicam seus efeitos, formas e as diversas esferas em que ela se manifesta na sociedade.

Do ponto de vista metodológico, predomina a abordagem qualitativa, com forte presença de etnografias, análises discursivas, entrevistas e relatos de experiência. A dimensão teórica desses artigos é, frequentemente, sustentada por autoras e pesquisadoras brasileiras como Berenice Bento e Jaqueline Gomes de Jesus, além de autoras(es) internacionais como Judith Butler, Paul Preciado, Michel Foucault, Pierre Bourdieu e outros nomes como, Donna Haraway e Sayak Valencia. A produção acadêmica e política dessas referências se destaca por tensionar os discursos normativos de gênero, especialmente nos debates sobre sexo, sexualidade, binariedade e cisheteronormatividade.

Nos artigos classificados como secundários, a identidade de gênero aparece como elemento transversal a outras discussões mais amplas, com foco em educação, história, mercado de trabalho, teoria feminista e políticas públicas. Mesmo que o tema trans não seja central, esses textos contribuem para a compreensão das disputas simbólicas e estruturais que envolvem os marcadores de gênero. Foi possível identificar que, em sua maioria, predominam abordagens teórico-críticas, ensaísticas ou histórico-documentais. Esses estudos contribuem para a ampliação da análise sobre

os efeitos sociais e políticos das normas de gênero, mesmo quando o foco principal não está sobre a identidade de gênero.

Os cinco eixos temáticos dos artigos secundários são:

- **educação e reprodução das normas de gênero** – problematização da escola, enquanto instituição social e espaço discursivo, que opera na naturalização de binarismos e na exclusão de vivências dissidentes desde a infância. Há também um esforço em pensar práticas pedagógicas mais abertas à diversidade de gênero;
- **feminismo, teoria e epistemologia de gênero** – discutem o campo teórico dos estudos de gênero e suas relações com os feminismos. Há uma crítica ao essencialismo e valorização da análise interseccional das opressões;
- **mercado de trabalho e governo neoliberal da diversidade** – ressaltam os limites das políticas empresariais de inclusão, que muitas vezes reproduzem formas sutis de exclusão sob o discurso da diversidade. A presença de sujeitos LGBTQIAPN+ no mundo do trabalho é abordada como campo de disputa e controle;
- **história, violência e silenciamento institucional** – apresentam uma leitura historiográfica crítica da relação entre gênero, violência e invisibilidade, a partir de fontes policiais. Além disso, mostram os retrocessos provocados pela atuação de grupos antigênero nos espaços de formulação de políticas públicas; e
- **saúde e cuidado** – evidenciam a precariedade das políticas de atenção às mulheres que vivem com o HIV, principalmente aquelas marcadas pela pobreza, negritude e transgeneridade. A análise feminista do cuidado revela a lógica de apropriação desigual do tempo e do corpo das mulheres.

A análise conjunta dos temas dos artigos primários e secundários evidencia um campo de estudos em expansão. Enquanto os estudos primários colocam no centro as experiências, resistências e epistemologias trans, os artigos secundários ampliam o debate para incluir aspectos estruturais da produção social do gênero, com críticas à educação formal, à história oficial, ao mercado de trabalho e às políticas públicas. Notam-se, também, movimentos teóricos diversos: enquanto os textos primários estão marcadamente imersos em abordagens situadas, comprometidas com a escuta de vozes dissidentes e a desestabilização da cisnormatividade, os artigos secundários operam em camadas mais analíticas e abstratas muitas vezes investigando os dispositivos sociais que tornam possível (ou impedem) o reconhecimento da diversidade.

Nesse sentido, os artigos primários e secundários se complementam ao articular micro e macroanálises das relações de gênero, como nos casos de transfeminismo e resistência política (categoria primária) e feminismo, teoria e epistemologia de gênero (categoria secundária), ou ainda educação, docência e escolarização (primária) e educação e reprodução de normas de gênero (secundária). Em conjunto, essas articulações compõem um panorama crítico da produção acadêmica brasileira sobre identidades de gênero trans e travestis, especialmente no que diz respeito às possibilidades e desafios enfrentados pela revista *Gênero* como espaço de circulação, acolhimento e legitimação de novos saberes.

3 Entre o que Escrevem sobre nós e o que Somos

○ banho nas águas doces turvas (chá de folhas secas e galhos tortos) decompõe as dores de cabeça, dos pés, conecta o ponto fixo com o todo em um corpo. Em transição (Feibriss Ametista Henrique Meneghelli Cassilhas, 2025).

Era um *a priori* que encontraríamos, na revista *Gênero*, artigos que articulassem discussões sobre as pessoas trans e travesti enquanto dissidentes, subversivas e tensionadoras da norma. Essa discussão nos parece central ao abordar o debate sobre estas pessoas, uma vez que, independentemente da escolha ou da vontade, quem nós somos aparece quase sempre como algo que viola o “mundo natural das coisas”. O eixo temático ‘travestilidades, transgeneridades, performance e representações’ traz exatamente esse debate à mesa, ao buscar narrar expressões das nossas vivências no mundo, vivências marcadas no corpo, mas que também o transcendem.

Entre os artigos examinados, o de Costa e Kessler (2021), sobre travestilidade e a potência ético-política da “quimera”, publicado na edição de 2021, indica para esse lugar em que travestis, por meio de seus corpos montados, denunciam a ideia de um gênero natural e fixo dentro da lógica binária. Já no artigo de Passamani (2014), narra-se a história de Antenor/Simone, uma bicha que, ao longo de seus 67 anos, nunca se nomeou como travesti ou trans, mas fazia uso de hormônios, aproximando-se daquilo que socialmente é reconhecido como expressão de gênero como feminino, conforme as grades de referência de masculinidade e feminilidade. Era identificada como uma “bicha poderosa”, com características “muito femininas”, mas sempre acompanhada da reafirmação de que “todos sabiam que era um homem”.

Segundo Costa e Kessler (2021), embora todos os corpos sejam, de alguma forma, montados, é o corpo da travesti que continua sendo lido

como desviante. O corpo, nesse sentido, aparece como uma palavra-chave fundamental para pensar identidades que subvertem o sistema. É a esse corpo que se monta que novos significados e sentidos passam a ser atribuídos. A própria história de Simone também nos permite lançar luz sobre uma questão central: as exigências que se impõem às identidades de pessoas trans e travestis, frequentemente capturadas por discursos que buscam enquadrá-las na cisnormatividade e corponormatividade, que é um enquadramento que parte de lógicas limitantes e binárias.

Tudo isto nos permite refletir sobre as dimensões da autoidentificação e da heteroidentificação: em quais instâncias, afinal, alguém é reconhecida como travesti, homem ou mulher, cis ou trans, pessoa não binária? O que define esse reconhecimento? Tomemos como exemplo uma mulher trans que não optou por intervir em seu corpo, ou que não pôde, ou que está apenas no início de sua transição. Ela será reconhecida como mulher? Por quem? Com base em quais critérios? Esses critérios são sociais, políticos, éticos, culturais? Quantas mulheres trans e travesti sequer têm acesso ao tratamento hormonal? Quantas estão em longas filas de espera no SUS por uma cirurgia de redesignação? Quantas moram longe dos poucos ambulatorios especializados no cuidado dos nossos corpos? Quantas têm questões de saúde que as impossibilitam de fazer o tratamento hormonal ou intervenções cirúrgicas? Quantas tiveram seu tratamento de terapia hormonal negado ou interrompido quando estão encarceradas? Logo, seria violento que fôssemos nós – justamente as/os que lutam todos os dias pelo reconhecimento e pela liberdade de suas identidades, o que nos parece (ou deveria ser) o ponto-chave da nossa luta e articulação –, as mesmas pessoas a reproduzir critérios que excluem outras(os) de nós.

Por certo, não queremos cair na falsa ideia de que basta que alguém nomeie o seu gênero enquanto trans ou travesti, sobretudo em um mundo marcado por uma dicotomia de gênero e persistentes fragilidades em relação a conquistas dos direitos desta comunidade. No entanto, trata-se da possibilidade de pensar nossas existências a partir dos contextos que nos atravessam, inclusive das possibilidades (ou da ausência delas) que nos são dadas. É, obviamente, um debate amplo, sem definições rígidas ou conclusões bem estabelecidas. No entanto, para nós, autoras e autor deste capítulo, um ponto de partida é incontornável: toda e qualquer transição de gênero tem sua primeira aparição no desejo. E não no sentido de sonho, de aspiração ou de algo que nos falta, mas na perspectiva proposta por Deleuze e Guattari (2010), como produção desejante. O desejo, aqui, é produção de realidade; ele não se opõe à materialidade, ele a inaugura.

Essas mesmas discussões sobre corpos montados, transição de gênero e intervenções também se deslocam para os campos do eixo “saúde, do cuidado, da cidadania e do acesso a direitos”. Nos artigos de Bitencourt e Ribeiro (2019) e Sirelli, Ferreira e Dias (2020), são relatadas as barreiras ainda enfrentadas por pessoas trans e travestis, decorrentes das convicções pessoais de profissionais da saúde que atravessam e influenciam, diretamente, as práticas institucionais, desde crenças religiosas até a prevalência de um modelo biomédico que marca tanto as formações quanto às atuações na área da saúde, reforçando um discurso patologizante sobre quem são aquelas pessoas. Preu e Brito (2019), em outro artigo lido para a composição deste trabalho, discutem as transformações no modo como a transexualidade tem sido patologizada ao longo das últimas três décadas, com base no Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). Para os autores, a constatação é que essa mudança ocorre muito mais no campo da nomenclatura do que na prática, já que a perspectiva de doença ainda permeia, até os dias atuais, a forma como pessoas trans e travestis são tratadas.

As mesmas crenças biologicistas/biomédicas também foram observadas em relação às experiências de pessoas trans no esporte, como analisado no artigo de Vaz *et al.* (2020), especialmente na ideia de que rendimento ou desempenho esportivo estaria diretamente ligado ao sistema sexo/gênero (Rubin, 1975). No mundo dos esportes, os autores destacam a recorrente tentativa de justificar, com base na biologia, supostas vantagens competitivas, sobretudo de mulheres trans e travestis, em competições esportivas. Um exemplo emblemático é o de Tiffany Abreu, a primeira mulher trans a disputar a Superliga de Voleibol Feminino no Brasil. Esse tipo de discurso reverbera também em casos recentes de desinformação, como o episódio envolvendo as campeãs olímpicas de boxe nos Jogos de Paris 2024, concretamente a argelina Imane Khelif e a taiwanesa Lin Yu-ting, que foram acusadas, por meio de *fake news*, de serem mulheres trans, embora sejam, na verdade, mulheres cisgênero.

No levantamento de análise bibliométrica sobre atletas trans em contextos esportivos, Pereira, Garcia e Pedrosa (2020) selecionaram 10 trabalhos científicos e identificaram que as principais discussões giram em torno da noção de “justiça esportiva”, muitas vezes mobilizada para restringir a participação de mulheres trans, da ausência de base científica nas decisões que envolvem a inclusão de pessoas trans no esporte, e do sexo enquanto dispositivo discursivo de controle e resistência. Essas questões surgem mesmo diante das diretrizes do Comitê Olímpico Internacional (COI), que, à época, em 2015, estabeleciam parâmetros para a participação de atletas trans em competições oficiais. A partir de 2021, no entanto, o COI passou a delegar às federações esportivas a responsabilidade de definir suas próprias

regras e critérios, o que resultou em uma diversidade de exigências entre as diferentes modalidades esportivas.

No campo da educação, analisamos pesquisas que estabelecem diálogos entre a Educação Básica e o Ensino Superior, envolvendo estudantes e docentes. Destacamos, aqui, as publicações de Medeiros (2019), Dornelas *et al.* (2021) e Graupe e Fortkamp (2023), classificadas como artigos primários dentro do eixo temático “educação, docência e escolarização” e que, ao mesmo tempo, contemplaram a discussão do eixo secundário devido às suas aproximações de conteúdo “educação e reprodução das normas de gênero”. Há um consenso entre essas produções quanto às inúmeras barreiras enfrentadas para lidar com a diversidade de gênero e orientação sexual, tanto no que diz respeito à realidade de estudantes quanto à de docentes. Um dos efeitos desse cenário, segundo o estudo qualitativo de Graupe e Fortkamp (2023), é o impacto negativo no desempenho de estudantes da Educação Básica quando a LGBTfobia está presente no cotidiano escolar, assim como a lacuna de conhecimento entre docentes no que diz respeito ao debate sobre identidade de gênero, transgeneridades e travestilidades (Dornelas *et al.*, 2021).

Conforme indica Medeiros (2019), a presença de profissionais trans e travestis na Educação Básica e Superior tem aumentado progressivamente nos últimos anos. Apesar disso, o Plano Nacional de Educação (PNE) do decênio 2014-2024 foi estruturado numa tentativa de neutralizar a temática de gênero e orientação sexual, mantendo-as às margens das discussões. Medeiros (2019) argumenta que o apagamento da temática de gênero não afeta apenas estudantes, mas também o corpo docente que compõe o ambiente escolar, concluindo: “Como seria para a escola [...] ter um/a professor/a travesti, transgênero ou transexual? O PNE não só se esquivava da discussão sobre tal pergunta como também nega sua existência” (p. 107). Essa mesma compreensão é narrada por Maria Clara Araújo dos Passos (2022), ao afirmar que educadoras trans e travestis, embora presentes como docentes nas escolas há muito tempo, enfrentam um exercício contínuo de ocultamento e tentativa de apagamento de suas existências.

Uma impressão que pode ser extraída da análise dos artigos é que, embora pessoas trans e travestis sejam existências mobilizadoras, suas histórias ainda estão profundamente marcadas por violências simbólicas e materiais. No eixo “violência e transfobia”, o material analisado torna ainda mais evidente como essas violências atravessam nossas vivências, mesmo quando conseguimos ultrapassar determinadas barreiras, como a baixa escolarização ou o acesso a empregos formais com remuneração adequada. No artigo de

Figari (2008), por exemplo, é retratado como as travestis são socialmente construídas como pessoas abjetas. Nesse sentido, passíveis de penalização simplesmente por existirem, por representarem uma ameaça à ordem social no imaginário social das pessoas. Essa abjeção se expressa por meio da repulsa, empurrando-as e obrigando-as a estar às margens, como a prostituição. Esse dado é validado por outro trabalho que analisamos, de autoria de Santiago, Braz e Nascimento (2021), que indicam a prostituição como uma forma de trabalho que, na maioria das vezes, se insere em um contexto de acentuada violência. Como a prostituição é socialmente percebida como degradante e moralmente condenável, é marcada por uma extrema ambiguidade: entre trabalhar para sobreviver e correr o risco de ser assassinada nas ruas em decorrência da transfobia.

Como caminho para pensarmos saídas, constatamos que as discussões como o transfeminismo, mas não só elas, tornaram-se contribuições valiosas para o enfrentamento ao sistema binário, a cisnorma, a heterossexual e, principalmente, a exclusão e invisibilidade social de pessoas trans e travestis, seja na saúde, esportes, cultura ou mídias sociais. Beatriz Pagliarini Bagagli (2013), cujo artigo também integrou o conjunto de trabalhos analisados, reafirma como o transfeminismo tem operado para desestabilizar a ontologia de “homem” e “mulher”, evidenciando as falhas estruturais desse sistema opressor. A temática sobre transfeminismos apareceu com força significativa nos artigos analisados, estando presente tanto nas categorias primárias quanto secundárias. Destacam-se as publicações das referências trans e travestis de Leila Dumaesq (2013), Beatriz Pagliarini Bagagli (2013), Vicente Tchalian (2013) e Jaqueline Gomes de Jesus (2013), todas abordando o transfeminismo como eixo central de reflexão e enfrentamento político-epistêmico.

No trabalho de Vicente Tchalian (2016), o autor dialoga com a ideia de arte, destacando que a *performance* artística transfeminista é capaz de produzir disrupções, uma vez que a *performance* nas correntes transfeministas pode operar como método questionador dos saberes gendrados, ou seja, num mundo organizado também a partir da ideia de gênero. Já no estudo de Leila Dumaesq (2013), em diálogo com a obra de Paulo Freire, propõe o transfeminismo como uma via possível de superação das opressões, centrada na potência das lutas coletivas, em oposição a práticas individualistas baseada na ideia de mérito.

Todos esses artigos, em diálogo com o conceito e as práticas dos transfeminismos, expressam uma compreensão comum e nos oferecem janelas de possibilidades capazes de dismantelar as estruturas normativas

de sexo/gênero. Mais do que uma perspectiva voltada exclusivamente às pessoas trans e travestis, o transfeminismo é apresentado como um projeto social e coletivo. Como afirma Indianarae Alves Siqueira, em entrevista a Jaqueline Gomes de Jesus (2013), dentro dos transfeminismos cabem todas as multiplicidades de identidades de gêneros e orientações afetivas e sexuais. Nas palavras de Letícia Carolina Nascimento (2021), os transfeminismos acolhem todas as pessoas que não se reconhecem como parte do modelo sexista em vigência.

A leitura dos artigos nos convocou a dois tipos de reflexão. A primeira – e mais importante para nós –, é o reconhecimento de que pessoas trans e travesti são dotadas de sentimentos, desejos, vontades, matéria, sabedoria, historicidade e beleza. Suas experiências não se reduzem aos noticiários trágicos de morte, assassinato e apagamento. Não são um corpo estatístico. A segunda, que nomeamos como denúncia, é um exercício contínuo de mostrar as injustiças, desigualdades e exclusões. É afirmar, com firmeza, que aquelas pessoas não lutam por uma “imposição identitária dos sujeitos” ou qualquer outro mito ou invenção semelhante. Elas se organizam porque têm o direito de viver com dignidade humana, de decidir sobre elas mesmas e suas existências. E nem sempre é uma coisa ou outra. Às vezes ou quase sempre, são as duas ao mesmo tempo: beleza e luta; história e apagamento; existência e exclusão. E não apenas resistem: se unem, se fortalecem, se empoderam. Nessa direção, estão historicamente organizadas, embora muitas vezes descentralizadas devido à transfobia (e o racismo, o classismo, o capacitismo, entre outros dispositivos de controle social) que as dispersam, articulando possibilidades de mundo em que suas existências possam ser livres.

4 Quando o Corpo não Basta

É frequente observar, por exemplo, nos estudos raciais e decoloniais, o uso da expressão “corpos negros” em vez de pessoas negras ou sujeitos negros. Um dos seus usos se justifica, ainda que não exclusivamente, em contextos nos quais os corpos negros, seja na dimensão simbólica ou material, são violados e instrumentalizados pelas diferentes formas de racismo. De modo análogo, observa-se fenômeno semelhante quando se fala em corpos trans, também atravessados pela dimensão da violência, mas inseridos em um contexto no qual a ideia de transição de gênero está fortemente associada à materialidade do corpo físico.

Na obra *Fenomenologia da Percepção* (2018), Merleau-Ponty aborda e estabelece a distinção entre corpo-objeto e corpo-sujeito. Neste último, o corpo é compreendido como o corpo vivido, aquele que experiencia o

mundo. Ou seja, corpo é sujeito; corpo é pessoa; corpo e sujeito constituem uma só unidade. Não há uma perspectiva cartesiana de cisão, pois o corpo para Merleau-Ponty é a própria condição de existência. Assim, torna-se compreensível o uso da palavra “corpo” em muitos trabalhos e estudos como uma tentativa de expressar esse corpo atravessado por significações sociais, políticas e simbólicas. Um corpo que não se reduz à matéria, mas que é enunciação de mundo.

Lembro, eu, Vitor Martins, de uma conversa que tive, há cerca de quatro anos, com Feibriss Cassilhas. Por diversas vezes na fala, usei a palavra corpo para descrever pessoas negras, pessoas trans etc., até que, em determinado momento, Feibriss delicadamente me provocou: e quando o corpo não dá conta da inteireza que somos? Imediatamente, reconheci a densidade daquela observação. Desde então, me apropriei dessa fala gestada num contexto informal e a trans-formei em uma lente analítica, que agora, neste texto tecido por mais um autor e uma autora, essa lente se abre em contorno coletivo, buscando reverberar como contribuição acadêmica, ainda que seja uma aproximação inicial, uma nota exploratória.

Uma primeira análise que podemos fazer é que, embora o uso da palavra corpo tenha, como discutido anteriormente, diversas camadas de sentido, inclusive políticas e simbólicas, ele tem sido frequentemente mobilizado para se referir, especificamente, a pessoas pertencentes a grupos socialmente minorizados. Esse uso, muitas vezes, opera de modo semelhante àquilo que se critica na ideia de “neutralidade racial”: quando dizemos “ela é linda”, em geral estamos nos referindo a uma mulher branca, ao passo que dizemos “ela é uma negra linda” quando queremos marcar a identidade racial como diferencial. Nesse sentido, o mesmo padrão se repete no uso da palavra corpo – fala-se em “homens” ou “pessoas cis”, mas “corpos trans”; “pessoas” ou “brancos”, mas “corpos negros”. Isto ocorre especialmente no caso de pessoas trans e travestis, cujo corpo é frequentemente tratado como elemento central da transição a ser regulado pelas normas cishetero.

A segunda análise evidencia que o uso da palavra “corpo”, sobretudo por aqueles que escrevem a partir do centro, e não das margens, das periferias, opera muitas vezes de forma objetificada, instaurando uma espécie de corporificação coisificada das pessoas pertencentes a grupos minorizados. Ou, dito de forma mais direta, transformando-as em corpo-objeto. A terceira, por sua vez, diz respeito aos efeitos desse uso recorrente que circunda uma dimensão de matéria. O termo corpo, muitas vezes, acaba por apagar a complexidade das nossas existências, em desacordo com as correntes de pensamento que compreendem o corpo como totalidade, histórico-político-ético, como sujeito em sua inteireza.

Como alternativa para o problema levantado, sugerimos o uso das palavras *sujeito* ou *pessoa*, considerando os significados sociopolíticos que essas categorias carregam. Entendemos que ambas contribuem para uma compreensão mais integral da existência humana, para além da redução ao corpo físico. Em contextos em que se pretende abordar a experiência de vida em sua integralidade, sugerimos priorizar expressões como “as pessoas trans têm sido frequentemente violentadas nas ruas” ou “as pessoas negras representam 50% das matrículas nas universidades federais brasileiras”. Assim, sujeito e pessoa podem ser acionados como formas de dimensionar o corpo enquanto corpo-vivo, isto é, corpo que sente, deseja, age e significa.

Propomos, ainda, um uso mais restrito da palavra *corpo*, aplicando-a, preferencialmente, em descrições físicas, por exemplo, “ele engessou o braço (corpo)” ou “teve queimaduras no corpo”. Em contrapartida, reconhecemos formas mais amplas de utilização, que por vezes conseguem transpor a ideia de matéria, como em: “os corpos trans têm sido frequentemente violentados” ou “a positivação dos corpos negros é importante no processo de resistência na diáspora”. Nesses dois últimos casos, recomendamos o uso da palavra *corpo* quando o conteúdo da frase exige enfatizar essa dimensão de maneira deliberada, pois, aqui, o corpo importa para o contexto. Outra possibilidade é o uso de notas de rodapé nos textos acadêmicos, explicitando o posicionamento crítico em relação ao termo *corpo*, independentemente dos sentidos que venham a ser aplicados no decorrer da escrita.

Certamente, não se trata aqui de afirmar que as demais formas de uso da palavra “*corpo*” sejam equivocadas, até porque não há, da nossa parte, a pretensão de definir o que seria certo ou errado. Nosso interesse reside, sobretudo, em propor uma perspectiva outra, que possa contribuir com reflexões, aplicações e inquietações sobre o uso do termo, abrindo caminhos para pensarmos outras possibilidades de nomear e significar as existências que atravessam este debate.

5 A (Tra)Vessia não Termina aqui

As pessoas LGBTQIAPN+ atravessam este mundo que aprendeu a escondê-las, a negar suas existências e a criminalizá-las quando rompem com a censura e afirmam que sim, existem. Para as pessoas trans e travestis, especificamente, esta travessia, na escrita acadêmica, é sempre uma celebração de quem veio antes e pavimentou o caminho para que chegassem ao Ensino Superior como estudantes e docentes. E quando chegamos em espaços como esses, precisamos lembrar que atravessam conosco a indignação, por todo tempo em que escrever sobre nós não foi

possível e porque o nosso avanço não é suficiente se outras pessoas como nós ainda batalham diariamente pelo básico. Ao transitar pelas páginas da *Revista Gênero* com uma abordagem qualitativa, de caráter documental e interpretativo, buscamos identificar o que foi produzido por e sobre nós ao longo desses 25 anos de publicação, no que se refere às experiências, políticas e discursos relacionados à identidade de gênero trans e travestis. Embora no texto articulamos esses dados com marcos históricos e contextos políticos mais amplos, a inevitável consequência é trazer, também, para as memórias, as nossas histórias, vivências, resistências e poder que, muitas vezes, foram silenciadas ou invisibilizadas.

Existir em revistas acadêmicas, sobretudo como pessoas autoras, é existir em um espaço de complexidade e intelectualidade reconhecida. É termos dados pertinentes, verificados e julgados sobre nossas histórias, necessidades e reivindicações em primeira pessoa. A professora universitária, psicóloga e ativista Jaqueline Gomes de Jesus (2021), ao escrever o prefácio da coletânea de textos de autoria de pessoas trans negras (ou seja, transmasculinidades, travestilidades, transfeminilidades e não-binariedades), intitulado *Transvivências Negras entre afetos e aquilombamentos: contando histórias afro-diaspóricas, enxerga um levante negro LGBT em nosso país ao dialogar com Alex Ratts, e afirma que visualiza uma espécie de *Harlem Renaissance*, cujo protagonismo é de intelectuais “gênero-sexualmente” diversos, sobretudo pessoas trans e travestis negras. É importante destacar que ela não restringe esse movimento a academia, pois ele está também nas ruas, nos palcos e nas telas. Esse movimento acontece porque*

Apesar da cisnormatividade branca, temos ocupado as frestas ao longo dos séculos, produzindo epistemologias e ontologias, toda uma *oralitura* e uma literatura, em resistência intelectual à lógica transfóbica estrutural da sociedade e do Estado Brasileiro (Jaqueline Gomes de Jesus, 2021, p. 8).

Com relação à revista *Gênero*, percebemos que é possível identificar como essas frestas em publicações referentes às experiências, políticas e discursos relacionados à identidade de gênero trans e travestis começam a aparecer na categoria de textos terciários no início dos anos 2000, ou seja, nas frestas mencionadas por Jaqueline Gomes de Jesus, posto que, por serem terciários, circulam de forma periférica. E acreditamos que seja exatamente por conta desse esforço de ocupar as frestas, que entre 2007 e 2009, e entre 2013 e 2023 identificamos a maior parte das produções na revista classificadas como primárias, ou seja, aconteceu uma migração da margem para o centro. Para além dos eventos históricos já apresentados neste capítulo, acreditamos

que muitos acontecimentos como a conquista da Prof.^a Dr.^a Luma Andrade que em 2012 se torna a primeira travesti doutora do Brasil, também sejam responsáveis por esse deslocamento, sobretudo pela trajetória ativista da professora que sempre se movimentou em prol de sua comunidade e esteve articulada aos movimentos sociais. Assim como a Prof.^a Dr.^a Megg Rayara Gomes de Oliveira, primeira travesti negra a obter o título de doutora na UFPR que protagoniza o premiado curta *Megg*. A margem que migra para o centro (2019) da Beija Flor Filmes e dirigido por Larissa Nepomuceno Moreira e Eduardo Sanches. Nesse curta, gravado enquanto Megg Rayara Gomes de Oliveira era professora substituta na Universidade Federal do Paraná (UFPR) ministrando a disciplina de didática, ela diz que é preciso falar de seu pioneirismo com ar de denúncia e não de comemoração, porque essa demora revela a situação de violência estrutural e institucional, e de exclusão, silenciamento e invisibilidade que pessoas travestis experimentam.

As pessoas trans e travestis sabem como a conquista dessas duas sujeitas de referência no âmbito acadêmico e social as impactam, e como as movimentam enquanto coletivo. O curta sobre Megg Rayara Gomes de Oliveira conta sobre o recebimento de muitas mensagens pelas redes sociais de pessoas que se sentiram motivadas a estudar ou, até mesmo, expressar publicamente sua identidade de gênero após conhecer sua história. Isso porque elas atravessam os espaços carregando consigo histórias que desmentem o destino da colonização (Luck Yeminja Banke, 2018) e sua influência até nos mínimos detalhes, como faz Megg Rayara Gomes de Oliveira, que não foi sozinha para sua defesa de doutorado. Pois, como nos conta no curta, ela usa um vestido vermelho com fuxicos de tecido costurados remetendo ao fuxico falado, discurso preconceituoso que leva à violência transfóbica. Junto dos fuxicos, ela borda uma marca de bala e o nome de 10 travestis mortas no ano de sua defesa de doutorado, pois entende que a existência delas impulsionou sua conquista.

Também impactando esse período, temos no movimento transmasculino, a fundação do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (Ibrat) em 2013 e o *boom* das *lives*, em 2020. De acordo com o professor Dr. Vércio Gonçalves Conceição (2021), a pauta das transmasculinidades negras foi amplamente difundida por eventos *on-line* durante a pandemia de Covid-19, muitos deles promovidos pelo próprio movimento. Este autor menciona um dos primeiros registros históricos do movimento transmasculino no Brasil: a mesa *Guinadas Narrativas História do movimento transmasculino no Brasil*. Nessa mesa virtual, Leonardo Peçanha e Patrick Lima historicizaram o movimento e, assim como Megg Rayara Gomes de Oliveira, não ocupam esse espaço sozinhos. Leonardo Peçanha, por exemplo, nos lembra de que embora a articulação do

org/10.1590/S0102-71822014000200007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/dMZrH9BgyrHNGg8HFbrrdvp/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2025.

ARAÚJO, Maria Clara. **Nossos corpos são pedagógicos**. 2023. Disponível em: https://www.google.com/url?q=https://www.generonumero.media/entrevistas/livro-historia-travestis-brasil/&sa=D&source=docs&ust1756729987635046&usg=AOvVawOZ_2RNIY6iuPQaq6he_p-9. Acesso em: 15 jul. 2025.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. Máquinas Discursivas, Ciborgues e Transfeminismo. **Gênero**, Niterói, v. 14, n. 1, p.11-27, 2. sem. 2013.

BANKE, Luck Yemonja. **Manifesto Bixa Preta**. YouTube. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sYY6z8sefmEhttps://www.youtube.com/watch?v=sYY6z8sefmE>. Acesso em: 14 jul. 2025.

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024**. Brasília, DF: Distrito Drag; Antra, 2025.

BENEVIDES, Bruna G.; LEE, Débora. Por uma Epistemologia das Resistências: Apresentando Saberes de Travestis, Transexuais e Demais Pessoas Trans. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, p. 252-255, 2018. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/12858/pdf_12. Acesso em: 14 jul. 2025.

BITENCOURT, Kueyla de Andrade; RIBEIRO, Larissa Bahia. População trans na atenção primária: aproximações e distanciamentos. **Gênero**, Niterói, v. 20, n. 1, p. 157-170, 2. sem. 2019.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Toward good practice in thematic analysis: Avoiding common problems and be (com) ing a knowing researcher. **International journal of transgender health**, v. 24, n. 1, p. 1-6, 2023.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução CFM nº 2.427, de 8 de abril de 2025. Revisa os critérios éticos e técnicos para o atendimento a pessoas com incongruência e/ou disforia de gênero e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 abr. 2025. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2025/2427>. Acesso em: 27 ago. 2026.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**. Espanha: Paidós, 2018. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/Cuerpos-que-importan-Judith-Butler/dp/9501297411>. Acesso em: 14 jul. 2025.

CASSILHAS, Feibriss Henrique Meneghelli Cassilhas. **Recomposição**. 2025. Disponível em: <https://medium.com/@feibrisstradutoradehistorias/recomposi%C3%A7%C3%A3o-poesia-e60a7c5d1185>. Acesso em: 11 jul. 2025.

CONCEIÇÃO, Vécio Gonçalves. Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro: as transmasculinidades negras e o movimento de pessoas Trans no Brasil. In: SANTANA, Bruno et al. **Transmasculinidades Negras: narrativas plurais em primeira pessoa**. São Paulo: Ciclo Contínuo editorial, 2021.

COSTA, Lucas Lazzarotto Vasconcelos; KESSLER, Cláudia Samuel. Travestis e quimeras: notas sobre corporalidades abjetas. **Gênero**, Niterói, v. 21, n. 2, p. 276-295, 1. sem. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/49992/29321>. Acesso em: 11 jul. 2025.

DAVIS, A. Y. **Mujeres, raza y clase**. v. 30. Barcelona: Ediciones Akal, 2005.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O ANTI-ÉDIPO Capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DORNELAS, Rodrigo et al. A universidade e a formação de profissionais da saúde: conhecimento de discentes e docentes sobre a transexualidade. **Gênero**, Niterói, v. 22, n. 1, p. 1-12, 2. sem. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/49957/30726>. Acesso em: 11 jul. 2025.

DUMARESQ, Leila. Transfeminismo: contradição na opressão. **Gênero**, Niterói, v. 14, n. 1, p. 29-43, 2. sem. 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31063>. Acesso em: 11 jul. 2025.

EVARISTO, Conceição. **A escrevivência serve também para as pessoas pensarem**. 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/noticias/conceicao-evaristo-a-escrevivencia-serve-tambem-para-as-pessoas-pensarem/>. Acesso em: 16 jul. 2025.

FAYE, Shon. The Transgender Issue An Argument for Justice. Canadá: Penguin Books, 2021. Disponível em: <https://cdn.penguin.co.uk/dam-assets/books/9780141991801/9780141991801-sample.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2025.

FIGARI, Carlos Eduardo. Violencia, repugnancia y indignación: las travestis como lo otro abyecto. **Gênero**, Niterói, v. 8, n. 2, p. 355-368, 1. sem. 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30927>. Acesso em: 11 jul. 2025.

GOMES, Sy. **Receita para criar novas espécies**. Eusébio-CE: 2021.

GRAUPE, Mareli Eliane; FORTKAMP, Sonia. Transexualidade no ambiente escolar: “é muito delicado perceber que alguns professoras/es não toleram a diversidade”. **Gênero**, Niterói, v. 24, n. 1, p. 141-153, 2. sem. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/60383>. Acesso em: 3 jun. 2025.

HARAWAY, D. *Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective* 1. 3. ed. Routledge, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Prefácio 1: Consciência negra, memórias Trans. In: OLIVEIRA, Apolo V. et al. **Transvivências Negras entre Afetos e Aquilombamentos**: contando histórias afro-diaspóricas. Salvador, BA: Devires, 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. uma puta educadora: entrevista com Indianara Alves Siqueira. **Gênero**, Niterói, v. 14, n. 1, p. 57-67, 2. sem. 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31065>. Acesso em: 3 jun. 2025.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Transfeminismo**: teorias e práticas. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2014. Na referência destacada substituir 2013 por 2016.

MBEMBE, A. Necropolitics. **Raisons politiques**, v. 21, n. 1, p. 29-60, 2006.

MEDEIROS, José Washington de Moraes. “A flor de Jacinto”: e quando o/a professor/a é gênero não binário? **Gênero**, Niterói, v. 19, n. 2, p. 93-111, 1. sem. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31326/18415>. Acesso em: 3 jun. 2025.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 5. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

MOIRA, Amara; NERY, João W.; ROCHA, Márcia; BRANT, T. **Vidas trans**: a coragem de existir. 1. ed. São Paulo: Astral Cultural, 2017.

MOREIRA, Larissa Nepomuceno; SANCHES, Eduardo. **Megg – a margem que migra para o centro**. Brasil, Beija Flor Filmes, 2019. 15min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7SKVe-IOITg>. Acesso em: 14 jul. 2025.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OBSERVATORI CONTRA L’LGTBI-FÒBIA. **L’Estat de l’LGTBI-fòbia a Catalunya 2024**. Barcelona: Observatori Contra L’LGTBI-fòbia, 2025.

OLIVEIRA, Apolo V. et al. Apresentação. In: OLIVEIRA, Apolo V. et al. **Transvivências Negras entre Afetos e Aquilombamentos**: contando histórias afro-diaspóricas. Salvador, BA: Devires, 2021.

OLIVEIRA, Megg Rayara G. de; NASCIMENTO, Letícia Carolina; JESUS, Jaqueline Gomes de. **Gritarias Epistêmicas**: [r]existência de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil. Salvador: Devires. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **OMS retira a transexualidade da lista de doenças mentais**. 2018. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/83343-oms-retira-transexualidade-da-lista-de-doen%C3%A7as-mentais>. Acesso em: 13 jul. 2025.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. Antenor-Simone-Antenor: protagonismo e infortúnios de uma bicha poderosa. **Gênero**, Niterói, v. 15, n. 1, p. 103-122, 2. sem. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31204/18293>. Acesso em: 14 jul. 2025.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. **Pedagogias das Travestilidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

PEREIRA, Erik G. B.; GARCIA, Rafael M.; PEDROSA, Gabriel F. S. Análise bibliométrica sobre atletas transgênero no esporte. **Gênero**, Niterói, v. 21, n. 1, p. 112-138, 2. sem. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/46609/26711>. Acesso em: 14 jul. 2025.

PRECIADO, Paul. **Orlando, ma biographie politique**. França: Les Films du Poisson, 2023. 1h 38min.

PREU, Roberto de O.; BRITO, Carolina F. Patologização da transexualidade: uma leitura crítica das transformações ocorridas nas três últimas versões do DSM. **Gênero**, Niterói, v. 19, n. 2, p. 134-154, 1. sem. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31328/18417>. Acesso em: 14 jul. 2025.

RAVENA, Isadora. Prototese para travecametodologias de criação em arte contemporânea. **Revista Poíesis**, Niterói, v. 23, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/poiesis.v23i40.54912>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/poiesis/article/view/54912/32329>. Acesso em: 14 jul. 2025.

RUBIN, G. **The traffic in women**: Notes on the "political economy" of sex. 1975.

SANTANA, Bruno et al. (Orgs.). **Transmasculinidades Negras**: Narrativas plurais em primeira pessoa. São Paulo: Ciclo Contínuo Produção Cultural e Soluções Editoriais, 2021.

SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; BRAZ, Ednaldo da Costa; NASCIMENTO, Josilene Barbosa do. Violência e transfobia: vivências de travestis que exercem a prostituição – Campina Grande-PB. **Gênero**, Niterói, v. 22, n. 1, p. 1-18, 2. sem. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/47450>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SIRELLI, Paula M.; FERREIRA, Gabrielle G.; DIAS, Ana Carolina R. Consultório LGBT: (re)construindo narrativas de combate às violências LGBTfóbicas na

saúde em Macaé, Rio de Janeiro. **Gênero**, Niterói, v. 20, n. 2, p. 201-224, 1. sem. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/44575/25629>. Acesso em: 14 jul. 2025.

TCHALIAN, Vicente. Performance transfeminista: o corpo como plataforma de subversão. **Gênero**, Niterói, v. 14, n. 1, p. 45-56, 2. sem. 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31064>. Acesso em: 14 jul. 2025.

VAZ, Alexandre F. *et al.* De Bruce a Caitlyn Jenner: esporte, celebridade, transgeneridade. **Gênero**, Niterói, v. 21, n. 1, p. 167-189, 2. sem. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/46979/26937>. Acesso em: 14 jul. 2025.

VICENTE DA CRUZ, E. **Representaciones sociales del bullying homofóbico en adolescentes de Brasil**. (Doctoral dissertation) – Universitat de Barcelona, 2020.

YORK, Sara W.; OLIVEIRA, Megg R. G.; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas) travesti. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 3, e75614, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n375614>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/D5Mthwz5BKTkhX8JTwGjJbd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2025.

Recebido em agosto de 2025.

Aprovado em setembro de 2025.